



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo - SUPEL-COEDU

EXAME

DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

Porto Velho - RO, 13 de novembro de 2025.

Pregão Eletrônico nº 90070/2025/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0029.021104/2024-15

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material Permanente (Equipamento de climatização) com instalação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através de seu Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria nº 234/2025/SUPEL/GAB**, publicada no DOE na data 19 de setembro de 2025, relata que foram elaboradas respostas aos seguintes pedidos de esclarecimento apresentados por empresas interessadas neste certame.

1. DA ADMISSÃO DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade nos termos da Lei 14.133/2021, artigos 164, conforme comprovam os documentos colacionados ao processo licitatório do Pregão Eletrônico supracitado.

2. DOS ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS

2.1. Do pedido da empresa "A":

Referente ao edital 90070/2025, não consegui localizando dentre os anexos o quadro de referência com o endereço, onde os ar condicionados deverão ser instalados, se possível fornecer esta informação por gentileza.

2.1.1. Da resposta à empresa "A":

a) Alterou-se o item 21 do Instrumento Convocatório Id. (0058786298), o qual passou a contemplar o **ANEXO XIII - Quadro de Referência** que dispõe os endereços das escolas e unidades administrativas da Secretaria de Educação.

2.2. Dos pedidos da empresa "B":

1. Divergência quanto ao percentual exigido de Capital Social/Patrimônio Líquido

O Estudo Técnico (item 7.9.8.b) exige 10% do valor estimado para o lote, enquanto o Termo de Referência (item 12.3.b) estipula 5%. O que gera dúvida quanto ao valor final exigido.

Pergunta: Favor esclarecer qual percentual será efetivamente considerado para fins de habilitação econômico-financeira?

2. Comprovação da Capacidade Técnico-Operacional – Percentual e forma de apresentação

Todos exigem atestados de capacidade técnica que demonstrem fornecimento e instalação compatível com pelo menos 10% do lote. A exigência de detalhamento do atestado (dados da empresa, valores e quantidade) aparece no TR e é endossada nos demais. Solicitamos a Confirmação dos critérios para atestados de capacidade técnica Tal esclarecimento é fundamental para garantir a correta organização da documentação técnica e evitar eventual desclassificação indevida por interpretação divergente.

Pergunta: Requer-se confirmação se a comprovação da capacidade técnico-operacional deverá contemplar 10% da quantidade estimada de forma individual por lote adjudicado ou se será permitida a apresentação de atestados técnicos que, somados, atendam à quantidade total correspondente à soma dos lotes adjudicados à empresa?

3. Prevalência entre os documentos do certame

Verifica-se que o Estudo Técnico, o Termo de Referência e o Instrumento Convocatório trazem, em alguns pontos, requisitos semelhantes, porém com percentuais ou abordagens distintas.

Pergunta: Solicita-se esclarecimento quanto à prevalência entre os documentos, em especial entre o Instrumento Convocatório o Estudo Técnico e o Termo de Referência, para fins de interpretação e atendimento dos critérios de habilitação?

4. Comprovação de Qualificação Técnica Profissional – CREA/CRT/CAU

Todos os documentos convergem no ponto de que deve haver profissional técnico habilitado, com registro ativo e documentação comprobatória (ART ou TRT). E o vínculo com a empresa pode ser comprovado de forma flexível, e pode ser apresentado no momento da contratação — desde que previamente declarado.

Pergunta: Solicitamos confirmação objetiva se a documentação comprobatória do profissional habilitado (como ART, TRT ou CAT) poderá ser apresentada apenas no momento da contratação, desde que previamente declarada no processo licitatório, conforme prevê o item 12.4.2.1.1 do Termo de Referência?

Pergunta: Adicionalmente, requer-se confirmação se a aceitação é extensiva a profissionais registrados no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), além do CREA e CRT, conforme o próprio TR indica?

5. CENTRAL DE AR CONDICIONADO (60.000 BTUS) características mínimas:

Pergunta: Será, a aceito modelos com capacidade nominal de 54.000 ou 57.000 BTUs/h como alternativa viável e equivalente para o cumprimento do objeto contratual?

2.2.1. Das respostas à empresa "B":

a) Quanto ao percentual que será efetivamente considerado, vale ressaltar que será fundamentado pelo Estudo Técnico Preliminar e em razão do vulto do objeto, emitimos Adendo nº 01/2025-GEA (SEI nº 0063014225), alterando o percentual para 10%(dez) por cento.

b) Acerca da capacidade técnica, a comprovação relativa à quantidade poderá se dar por um ou pelo somatório de atestados. No caso de apresentação de proposta para mais de um lote, a comprovação deverá se dar sobre o somatório destes.

c) A partir da republicação do Instrumento Convocatório, os licitantes deverão levar em consideração o Anexo I, Termo de Referência, o qual compõe o Edital.

d) A critério do proponente, poderá ser apresentada a documentação comprobatória de vínculo profissional por ocasião do certame, sendo, o momento da contratação, o prazo limite para sua apresentação. Portanto, **considerando a resposta da SEDUC**, não haverá inabilitação caso a empresa não apresente durante a convocação dos documentos de habilitação a documentação comprobatória do profissional habilitado.

e) Com base em diligência realizada junto aos principais fabricantes, confirmamos uma considerável redução e até mesmo a paralisação da fabricação de equipamentos de ar condicionado com capacidade de 60.000BTUs, razão pela qual, por orientação técnica, emitimos Adendo (SEI nº 0063014225), alterando a descrição do objeto do Item 7, do Termo de Referência para equipamento com 58.000BTUs.

2.3. Do pedido da empresa "C":

1. A DISTÂNCIA MÁXIMA DAS TUBULAÇÕES FRIGORÍGENAS ENTRE A CONDENSADORA E EVAPORADORA QUE DEVEMOS CONSIDERAR É DE ATÉ 03 METROS?

2. QUAIS ANDARES SERÃO INSTALADOS OS EQUIPAMENTOS? SERÁ NECESSÁRIO O USO DE ANDAIMES/RAPEL PARA FIXAÇÃO DAS UNIDADES EXTERNAS?

3. AS LINHAS REFRIGERADORAS INTERLIGADAS ENTRE AS UNIDADES INTERNAS E EXTERNAS SERÁ EMBUTIDA NA PAREDE OU PODERÃO SER EXTERNAS (NÃO EMBUTIDAS) FIXADAS NA PAREDE COM MATERIAL ESPECÍFICO?
4. SERÃO NECESSÁRIOS A FURAÇÃO DE FORROS, VIGAS OU VIDROS PARA PASSAGEM DAS LINHAS FRIGORÍFICAS?
5. A CONTRATANTE SERÁ RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA AS LIGAÇÕES ELÉTRICAS, DEVENDO APENAS AO FORNECEDOR CONECTAR OS EQUIPAMENTOS AO PONTO DE ENERGIA MAIS PRÓXIMO DE NO MÁXIMO 03 METROS DE DISTÂNCIA, JÁ DISPONIBILIZADO PELA CONTRATANTE?
6. COM RELAÇÃO AOS PONTOS DE DRENAGEM DE ÁGUA JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS NOS LOCAIS ONDE NÃO TIVER CONDIÇÕES DE EFETUAR O ESCOAMENTO EXTERNAMENTE? SERÁ NECESSÁRIO A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESCOAMENTO COM BOMBAS DE DRENO, OS CUSTOS ADICIONAIS SERÃO POR CONTA DA CONTRATANTE?
7. HAVERÁ NECESSIDADE DE REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS JÁ INSTALADOS? CASO HOUVER QUAL A QUANTIDADE?
8. SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE GESSO, PINTURA, ALVENARIA E/OU ACABAMENTOS QUE NÃO FAZEM PARTE DO ESCOPO DO EDITAL, CASO SEJAM NECESSÁRIOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE?
9. Para esclarecer sua dúvida sobre o atestado de capacidade, se apresentar um atestado de instalação de 1.000 máquinas de 18.000 BTUs atende aos critérios estabelecidos, como a quantidade maior do quadro solicitado?

2.3.1. Da resposta à empresa "C":

a) Em resposta ao questionamento apresentado, informamos que todas as especificações técnicas relacionadas à instalação dos sistemas de climatização, incluindo distâncias máximas permitidas para tubulações, responsabilidades quanto à infraestrutura elétrica, pontos de drenagem, acabamentos, entre outros, constam detalhadamente no Edital e no Termo de Referência (0058653828) que rege o certame. Esclarecemos ainda que, conforme previsto no próprio edital, todas as empresas participantes tiveram a oportunidade de realizar visita técnica ao local da instalação, a fim de tomar pleno conhecimento das condições existentes e verificar in loco todos os aspectos que possam interferir na execução dos serviços. Dessa forma, a equipe técnica considerou que os elementos constantes do edital e seus anexos são suficientes para a formulação de propostas, não identificando, até o momento, necessidade de alteração das exigências estabelecidas, as quais foram definidas com o intuito de garantir a adequada execução dos serviços e a competitividade do processo. No entanto, caso seja viável sugere-se o agendamento de visita técnica para vistoria dos locais de instalação a fim de alinhar os trâmites que precisam ser aplicado conforme o caso, devendo a vistoria ser registrada e anexadas aos autos para embasar possível alteração quanto ao TR. Para tanto, fica a critério da empresa a necessidade de agendamento de visita técnica, devendo ser enviado pedido de agendamento via e-mail ao endereço eletrônico gpa@seduc.ro.gov.br, com antecedência para alinhamento de programação.

2.4. Do pedido da empresa "D":

I - MODELO DO EQUIPAMENTO SPLIT X SPLIT INVERTER

Dessa forma indagamos se serão aceitos os modelos Split tão somente ou modelos Split Inverter, em atendimento a norma estadual?

II – ENTREGA E TRANSPORTE ATÉ O LOCAL DE INSTALAÇÃO

Entendemos que os custos de deslocamento para a entrega devem ser arcados pelo fornecedor, é correto o entendimento?

III – INSTALAÇÃO

Consta do edital que a instalação dos equipamentos deve ser feita pelo fornecedor. Igualmente consta que a instalação será considerada até uma distância de 06 (seis) metros. A experiência de outros processos nos mostra que as vezes a instalação pode exceder essa distância.

E caso de exceder a distância máxima prevista no edital, qual será o procedimento adotado?

O Termo de garana afirma que os custos de instalação devem prever a preparação da área, antes e depois da instalação, incluindo a remoção (desinstalação) de equipamentos pré existentes. Indaga-se sobre quando o local a ser instalado não dispor de instalação elétrica prévia, como se procederá?

Indaga-se sobre quando o local instalado for inadequado para instalação (distância mínima entre condensadora e evaporadora não puder ser cumprida, cabos da rede elétrica em bitola diferente a recomendada pelo fabricante, ausência de circuito elétrico pré existente, etc.), como se procederá?

Quem arcará com os custos de disponibilização de circuito elétrico, que implica em quebrar paredes, colocar tubulação e fiação, fechar alvenaria, emassar, pintar, uma vez que por vezes não há circuito elétrico disponível para instalação do equipamento?

Será disponibilizado o mapa de rede elétrica das unidades para promover a instalação?

IV – EQUIPAMENTO DE 60.000 BTUs

Seria possível aceitar equipamentos entre 56.000 a 60 000 BTUs, com classificação INMETRO po "A" e com Gás ecológico R32?

Uma vez que a maior parte de 60.000 BTUs disponível no mercado não operam sob o selo de classificação INMETRO po "A" ou não usam o Gás ecológico R32, exigido no edital?

2.4.1.

Da resposta à empresa "D":

a) O termo "Split" pode ser usado como um termo genérico para se referir ao ar-condicionado do tipo split, desde que o termo esteja claro. "Split" significa "separado", e no contexto de climatização, refere-se aos aparelhos de ar-condicionado compostos por duas unidades: Unidade interna (evaporadora) – fica dentro do ambiente. Unidade externa (condensadora) – fica do lado de fora. É o tipo mais comum em residências, comércios e escolas. Considerando a necessidade de climatização adequada dos ambientes especificados, informamos que independente de o equipamento de ar-condicionado ser do tipo Split convencional ou Inverter, o critério técnico fundamental para sua aceitação é que atenda à potência de refrigeração contratada e aos requisitos mínimos de desempenho estabelecidos no processo. Ambos os modelos — Split convencional e Split Inverter — podem ser utilizados, desde que: * Possuam capacidade térmica compatível com as exigências do ambiente (em BTUs); * Atendam aos parâmetros de eficiência energética conforme regulamentações vigentes (como Inmetro/Procel); * Sejam adequadamente dimensionados para o espaço de instalação, garantindo conforto térmico e economia operacional; * Possuam garantia, assistência técnica e durabilidade condizentes com a natureza do uso institucional, como em ambientes escolares. Portanto, o tipo de tecnologia (convencional ou inverter) não será fator restritivo, desde que o equipamento atenda integralmente às especificações de desempenho e capacidade constantes no termo de referência ou no edital.

b) O entendimento está correto. De acordo com o termo de referência no item 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - 8.1. Local de Entrega - 8.1.1. Os bens, objeto deste Termo, deverão ser entregues de segunda à sexta-feira, no horário das 07h30m às 13h30min, junto aos locais de instalação (Unidades Unidades de ensino e Técnico- administrativas), de acordo com as quantidades estipuladas, devendo o licitante vencedor, tomar como base o Quadro Referência 0051090242, onde constam os endereços das Unidades, mediante prévio agendamento com o fiscal setorial de cada unidade, que posteriormente informará o CAP/SEDUC, responsável, pelo gerenciamento, controle e distribuição dos materiais, para as demais providências nos telefones: (69) 3212-8215 (69) 3212-8216 - Gerência de Apoio, Logística e Distribuição (SEDUC-GALD) e E-mail: gald@seduc.ro.gov.br, seguir o que se pede o edital. Sobre as comunicações de imprevistos, estes deverão ser comunicados à Gerência de Gestão dos Contratos do órgão que fará as tratativas após firmado o contrato com a empresa vencedora. Ressaltamos que, julgando necessário, poderá a proponente realizar visita técnica, mediante prévio agendamento.

c) Em resposta aos questionamento acima mencionados a empresa deve seguir o que consta no termo de referência item 3.2 ao qual cita todos os critério para instalação do equipamentos. Situações imprevistas não constantes neste termo de referência deverá ser comunicado ao órgão/gestor dos contratos. Referente a Disponibilização de Mapas e Projetos Elétrico, a Empresa Teve Acesso Ao anexo V - Quadro Referência - Endereços (sei Nº 0051090242), para realizar as visitas técnicas e tirar todas as dúvidas in Loco antes de ofertar proposta condizente a execução do contrato. Neste aspecto, assim como já mencionado, sugere-se o agendamento de visita para vistoria dos locais de instalação a fim de alinhar os trâmites que precisam ser aplicado conforme o caso, devendo a vistoria ser registrada e anexadas aos autos para embasar possível alteração quanto ao TR. Para tanto, fica a critério da empresa a necessidade de agendamento de visita técnica, devendo ser enviado pedido de agendamento via e-mail ao endereço eletrônico gpa@seduc.ro.gov.br, com antecedência para alinhamento de programação.

d) Conforme previsto no item 3.2 do Termo de Referência (0058653828), os equipamentos a serem adquiridos devem atender rigorosamente às características técnicas estabelecidas (Capacidade nominal mínima; Classificação de eficiência energética "A", conforme tabela vigente do INMETRO; Utilização de gás ecológico R-32; Demais requisitos técnicos quanto a instalação, funcionalidades e desempenho). Cabe destacar que, até o momento, não foram apresentados documentos técnicos comprobatórios que atestem a descontinuidade da fabricação ou indisponibilidade comercial dos equipamentos com as características especificadas no edital. Além disso, a simples existência de modelos com capacidades próximas ou semelhantes não garante a equivalência técnica, sendo necessária a estrita observância às especificações estabelecidas, com o objetivo de assegurar a

isonomia entre os licitantes, a adequação do fornecimento às necessidades da Administração e o cumprimento das exigências legais e normativas vigentes. Dessa forma, recomenda-se o integral cumprimento do Edital e do Termo de Referência, não sendo possível, neste momento, deliberar pela aceitação de equipamentos com capacidade inferior à exigida, salvo mediante apresentação de documentação técnica idônea que comprove a inviabilidade da especificação originalmente prevista e que ateste, de forma clara, a compatibilidade funcional e energética dos modelos alternativos propostos.

2.5. Do pedido da empresa "E":

- 1) Quanto as Instalações: qual seria a distância entre a Evaporadora e a Condensadora a ser instalados os equipamentos? Qual a altura média de instalação do equipamentos do solo.
- 2) Os Ar condicionados serão entregues pela contatada na Capital Rondônia para depois serem distribuídas pelo órgão gerenciador ou diretamente na escola solicitante.

2.5.1. Da resposta à empresa "E":

a) Conforme o item 3.2 do Termo de Referência nº 009/2025 (ID SEI 0056415948), “A instalação deve ser considerada para uma distância de até 6 metros.” e conforme o “Croqui Arquitetônico Disposição de Ar (0049495642)”, as unidades interna e externa serão instaladas parede - parede e não informa a necessidade acima do piso térreo.

b) Conforme item 8.1.1 Termo de Referência nº 009/2025 (ID SEI 0056415948), “Os bens, objeto deste Termo, deverão ser entregues de segunda à sexta-feira, no horário das 07h30m às 13h30min, junto aos locais de instalação (Unidades de ensino e Técnico- administrativas), de acordo com as quantidades estipuladas, devendo o licitante vencedor, tomar como base o Quadro Referência 0051090242, onde constam os endereços das Unidades, mediante prévio agendamento com o fiscal setorial de cada unidade, que posteriormente informará o CAP/SEDUC, responsável, pelo gerenciamento, controle e distribuição dos materiais, para as demais providências nos telefones: (69) 3212-8215 (69) 3212-8216 - Gerência de Apoio, Logística e Distribuição (SEDUC-GALD) e E-mail: gald@seduc.ro.gov.br.

2.6. Do pedido da empresa "F":

3.1. Da restrição à competitividade ao exigir Atestados exclusivamente de Climatização

Neste sentido, ao considerar a exigência estrita de Atestados de fornecimento de ar-condicionado, desconsidera a similaridade de aparelhos de refrigeração de modo geral, tais como refrigeradores, freezers, bebedouros, entre outros.

3.2. Da necessidade de especificação da tecnologia dos equipamentos (inverter ou convencional)

Diante do exposto, recomenda-se a reanálise das especificações técnicas dos itens, garantindo alinhamento com as práticas sustentáveis, eficiência energética e facilidade na aquisição de peças em eventual necessidade de substituição e assistência técnica.

3.4. Da Exigência de Capacidade Exata de 60.000 BTUs

Assim, requer-se, respeitosamente, que esta Administração, em atendimento aos princípios da razoabilidade, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei geral de licitação vigente, promova a adequação do Edital para permitir a oferta em proposta de equipamentos piso-teto com capacidades nominais (por exemplo, entre 55.000 a 58.000 BTUs), sendo esta faixa tecnicamente a adequada ao porte dos ambientes escolares, a fim de evitar exigências que induzam à utilização de sistemas inadequados ou que demandem obras estruturais não previstas no Instrumento Convocatório.

3.5. Da Exigência de Conectividade Wi-Fi nos Equipamentos

Diante das considerações acima, requer-se a revisão da exigência de conectividade Wi-Fi nos aparelhos de ar-condicionado especificados no Edital. Caso a Administração entenda como imprescindível essa exigência, sugere-se, uma vez que produtos com essa funcionalidade são expressivamente mais caros em comparação àqueles que não a possui, que seja apresentado um levantamento detalhado da infraestrutura de rede das unidades escolares para assegurar a viabilidade da funcionalidade Wi-Fi dos aparelhos, bem como a inclusão de cláusulas no Edital que delimitem claramente as responsabilidades do contratado e da Administração quanto à operacionalidade da conectividade Wi-Fi.

3.6. Da necessidade de adequação da exigência de tensão elétrica – aceitação de aparelhos monofásicos Inverter

Diante disso, requer-se que o edital seja adequado para admitir a oferta de aparelhos de ar-condicionado monofásicos (220V) de tecnologia Inverter, desde que compatíveis com as demais capacidades e características de

refrigeração exigidas, em prol da ampliação da competitividade, da eficiência energética e da economia de recursos públicos não somente na aquisição, mas em médio e longo prazo.

3.7. Da carência de informações essenciais e da sugestão de reestruturação do edital em LOTES/REGIÃO

Acreditamos que a adoção de medidas que ampliem a clareza e a previsibilidade do edital, bem como a divisão do objeto em lotes regionais, permitirá não apenas propostas mais justas e equilibradas, mas também fomentará a participação de empresas locais, fortalecendo a economia regional e promovendo entregas mais eficazes e alinhadas com as realidades de cada comunidade escolar.

2.6.1. Da resposta à empresa "F":

a) A exigência de atestados exclusivamente de fornecimento de ar-condicionado, embora possa refletir a natureza específica do objeto, deve ser flexibilizada para admitir a comprovação por fornecimento de equipamentos similares e compatíveis em complexidade e finalidade, tais como outros equipamentos de refrigeração, desde que relacionados ao objeto, podendo no caso, tomar como base o código NCM (Nomenclatura Comum Mercosul), por se tratar de fonte oficial, que classifica os produtos em conformidade com os processos de fabricação envolvidos. Ademais, é de suma importância para esta Administração, priorizar a ampliação da competitividade, bem como primar pelos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, a qual não se traduz pura e simplesmente pelo menor preço. Assim sendo, promovemos a adequação da referida exigência conforme Adendo nº 01/2025-GEA (0063014225).

b) "Conforme Termo de Referência 0058653828 no item 3.2, qual cita todas as características do objeto, os equipamentos a serem adquiridos por esta Secretaria serão modelos INVERTER. Especificações de que os equipamentos a serem adquiridos e constantes termo de referencia serão INVERTER:

* **Gás R-32:** O R-32 **sempre utilizado em equipamentos inverter**, pois é mais eficiente e compatível com compressores de velocidade variável. Equipamentos convencionais geralmente usam R-410A ou até R-22 (mais antigos).

* **Selo Procel – Classe A com IDRS (Portaria Inmetro nº 269/2021):** Essa classificação de eficiência é **mais comum em equipamentos inverter**. Pouquíssimos modelos convencionais conseguem esse desempenho.

* **Controle via aplicativo (smart):** É uma funcionalidade fortemente associada a **tecnologias inverter**, que permitem controle mais sofisticado do compressor.

* **Funções como "Auto ajuste de defletores", "Desumidificação", "Display digital":** São recursos modernos encontrados com frequência em linhas inverter."

Além disso, salientamos que a própria impugnante em sua Impugnação cita a Analista do Inmetro Danielle Assafin, responsável pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), sobre a questão, veja-se:

economia de até 60% no consumo de energia em comparação aos modelos convencionais.

Neste sentido, a Analista do Inmetro Danielle Assafin, responsável pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) para condicionadores de ar afirma que:

"Entendemos que a nova etiqueta estabelecida pelo Inmetro é grande responsável por estimular que os fornecedores passassem a oferecer no mercado mais modelos inverter". Isso porque, justifica, o nível para classificar o produto na classe A da etiqueta tornou-se mais rigoroso, de modo que somente produtos inverter teriam condições de alcançá-la. Para além dos ganhos para os consumidores, de forma mais abrangente, o menor consumo de energia elétrica por parte dos condicionadores de ar mais eficientes tem importante contribuição para o setor elétrico brasileiro por reduzir a demanda energética. Também impacta positivamente o meio ambiente por ajudar na redução de emissões de gases de efeito estufa, especialmente nos horários de pico, quando são acionadas fontes mais poluentes (como as termoeletricas) para a geração de energia. (INMETRO: mercado brasileiro avança na tecnologia e oferece mais aparelhos com compressores inverter).

Corroborando com este entendimento, o [Ministério de Minas e Energia \(MME\)](#) estabelece novos padrões de eficiência energética para condicionadores de ar no Brasil, tendo como finalidade a redução do consumo de energia e a diminuição do uso de gases de refrigeração (HFCs), que têm alto potencial de efeito estufa.

A necessidade de adequação por parte das fabricantes e importadoras acarretará, naturalmente, na descontinuidade de comercialização dos modelos de centrais de ar que utilizam tecnologia convencional. Neste aspecto, considerando que o bem patrimonial ora licitado é um bem de longa duração, é altamente temerário a falta desta especificação no edital, o que pode levar à aquisição de equipamentos com tecnologia obsoleta, dificultando a manutenção e a reposição de peças, além de contrariar as tendências de mercado, que apontam para a predominância dos modelos inverter.

STAR COMERCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA ALTO MADEIRA, Nº 4748,
BAIRRO INDUSTRIAL, PORTO VELHO/RO
CONTATO: (69) 3015-0057
E-MAIL: contato@starcomercio.com

Deste modo, conforme manifestação da equipe técnica, tem-se que:

*Com base nas especificações técnicas apresentadas — como o uso do gás ecológico R-32, a presença de controle inteligente via aplicativo, funções avançadas de automação, selo Procel com classificação "A" conforme o novo IDRS da Portaria Inmetro nº 269/2021 e os recursos de conforto térmico e acústico — conclui-se que o equipamento em questão é do tipo **split Hi-Wall Inverter**. Trata-se de um modelo moderno, eficiente e altamente recomendado para ambientes que exigem economia de energia, desempenho contínuo e qualidade do ar, sendo ideal para aplicações residenciais, educacionais ou comerciais.*

Verifica-se, então, que **as especificações da descrição do objeto concluem tratar-se do modelo Inverter.**

c) Quanto à alínea em questão, a Unidade Técnica se manifestou no sentido de averiguar em consulta com fabricantes e outras distribuidoras especializadas acerca do cenário atual no mercado de aparelho de climatização, neste escopo, a administração realizou pesquisa com as principais fabricantes, a fim de constatar acerca da descontinuidade de produção dos ares-condicionados de 60.000 BTUs, tendo sido solicitado Esclarecimento a Diligência - (Ar Condicionado 60.000 BTUs) (0062837121) via e-mail e outros canais de atendimento das fabricantes Electrolux, Elgin, Midea e Whirlpool, as quais constataram que não produzem mais o aparelho na potência determinada no edital. Sendo assim, prezando pela eficiência e eficácia das contratações públicas, bem como se adequando a realidade mercadológica através do diálogo entre o ente público e o mercado específico, efetuamos diligência junto aos principais fabricantes, tendo obtido como retorno, a confirmação de considerável redução e até mesmo suspensão por tempo indeterminado, na fabricação do equipamento com essa capacidade de BTUs, razão pela qual, em conformidade com a orientação técnica, promovemos a adequação da exigência mencionada conforme Adendo nº 01/2025-GEA (0063014225).

d) No que tange à conectividade de rede Wi-Fi, questão também concernente a Unidade Técnica, esta foi sanada pela Gerência de Planejamento da SEDUC através do Despacho SEDUC-GPA (0062432476) onde é feita análise complementar ao Despacho SEDUC-GFISC (0061628376), a unidade esclarece que exigência de conectividade Wi-Fi nos equipamentos de ar-condicionado, conforme estabelecido no Edital, será mantida. Trata-se de funcionalidade voltada à promoção da eficiência energética, gestão remota e monitoramento operacional, cuja adoção está alinhada às diretrizes de modernização e sustentabilidade da Administração Pública. A funcionalidade em questão não se configura como requisito restritivo, sendo amplamente ofertada por diversos fabricantes no mercado nacional, inclusive em modelos de alta capacidade. Ressaltamos que a responsabilidade pela disponibilidade e funcionamento da rede Wi-Fi é da Administração, não recaindo sobre o fornecedor qualquer encargo relativo à infraestrutura de conectividade. Assim, a exigência será mantida nos termos originalmente previstos, sem prejuízo da inclusão, no contrato, de cláusula que delimite as competências das partes quanto à operacionalidade da funcionalidade Wi-Fi.

e) De acordo com a análise técnica, as especificações relativas à tensão elétrica dos equipamentos devem, prioritariamente, ser observadas conforme os parâmetros definidos no Termo de Referência, considerando as necessidades operacionais das unidades demandantes e as condições estruturais do local de instalação. Contudo, nos termos do art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, e do art. 11, caput e inciso I, que impõe à licitação a observância dos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, admite-se, de forma excepcional, a aceitação de solução técnica diversa da especificada, desde que:

I – Fique comprovado que o modelo proposto não é fabricado com a tensão originalmente exigida no Instrumento Convocatório;

II – A tensão elétrica do equipamento ofertado seja plenamente compatível com a rede elétrica do local de instalação, não exigindo adaptações estruturais onerosas ou que impliquem em prejuízo técnico ou financeiro para a Administração;

III – A alternativa proposta atenda integralmente aos requisitos de desempenho e eficiência energética, não comprometendo a finalidade pública da contratação.

Cabe ainda destacar que, conforme o art. 42, §1º, da Lei nº 14.133/2021, é possível a aceitação de especificações tecnicamente equivalentes ou superiores, desde que devidamente justificadas e comprovadas por meio de documentação técnica hábil, especialmente quando envolvem soluções inovadoras ou de comprovada eficiência energética, como é o caso das tecnologias do tipo Inverter.

Assim, no caso concreto, eventual proposta de equipamento com alimentação elétrica monofásica poderá ser admitida, desde que atenda cumulativamente aos critérios acima e seja tecnicamente validada pela área requisitante, não implicando em alteração do objeto contratado nem prejuízo à Administração Pública.

f) A estruturação proposta não configura vício ou omissão que inviabilize a elaboração de propostas, uma vez que a contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), cujo objetivo é permitir a aquisição conforme demanda, sendo a estimativa global de consumo o parâmetro adequado para composição da proposta comercial, em consonância com o que estabelece o §1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. A adoção do SRP, especialmente em contratos que envolvem múltiplas unidades descentralizadas e de diferentes regiões administrativas, confere à Administração flexibilidade na execução contratual, permitindo que o fornecimento ocorra conforme a real necessidade das unidades escolares, sem que haja obrigatoriedade de aquisição imediata ou integral. No que se refere à sugestão de divisão do certame em lotes regionais, ressalta-se que a possibilidade já foi anteriormente avaliada por esta Administração, sendo rejeitada diante dos prejuízos verificados em contratações anteriores, nos quais a segmentação por lotes gerou entraves significativos à execução contratual, tais como:

Descontinuidade no fornecimento;

Desigualdade no atendimento regional;

Dificuldade na padronização dos equipamentos e na gestão técnica;

Fragilidade na fiscalização e controle da execução;

Aumento do número de contratos e da carga administrativa para gestão descentralizada.

No que tange ao impacto das particularidades logísticas regionais no custo da proposta, entende-se que o licitante, ao precificar sua oferta, deve considerar os encargos decorrentes da execução do

objeto em sua integralidade, tal como ocorre em contratos de escopo abrangente, sendo esta uma prática comum e juridicamente aceita nas contratações públicas de fornecimento e instalação de equipamentos.

2.7. Do pedido da empresa "G":

Solicito o esclarecimento referente a exigência dos atestados de capacidade técnica, pergunto se vai ser aceito atestados de ar condicionados de cada capacidade de btus específica ou pode ser ar condicionado split de 9.000 a 60.000 btus.

Exemplo: sou arrematante do item do ar condicionado de 18.000 btus, vai ser aceito atestado de ar condicionado de 30.000 btus? Desde que atenda o quantitativo mínimo exigido.

Pois o entendimento da lei não exige que seja idêntico, e sim semelhante, ou seja ar condicionado.

2.7.1. Da resposta à empresa "G":

a) Conforme o disposto no art. 67, inciso II, e §1º da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir, na fase de habilitação, comprovação de aptidão técnica por meio de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem o desempenho anterior do licitante em atividades compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Dessa forma, entende-se que o termo “compatível” não exige identidade absoluta com o objeto licitado, mas sim similaridade técnica suficiente para comprovar que o licitante possui experiência necessária e adequada para a execução contratual. Portanto, será admitido o atestado de capacidade técnica que comprove a execução anterior de serviços com ar-condicionado do tipo Split, ainda que com capacidades de BTUs diferentes da exata faixa licitada, desde que o serviço seja do mesmo tipo, natureza e complexidade técnica. No exemplo citado, um atestado referente a ar-condicionado Split de 30.000 BTUs poderá ser aceito para a habilitação em item de 18.000 BTUs, desde que o documento comprove o atendimento ao quantitativo mínimo exigido no edital e que o serviço possua grau de complexidade técnica equivalente. Essa interpretação visa assegurar a ampla competitividade, conforme princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, sem comprometer a qualidade e a segurança da contratação pública. Os atestados, não necessariamente precisam contemplar instalação.

2.8. Do pedido da empresa "H":

2. DO DESCABIMENTO DA EXIGÊNCIA DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

O edital de licitação prevê a seguinte exigência:

9.10.2. As empresas com sede fora da jurisdição do Estado de Rondônia, deverá comprovar, o registro ou visto junto ao CREA/RO, CAO/RO ou CRT/RO, conforme o caso.

A exigência de visto no CREA é totalmente indevida, sendo entendimento pacificado no TCU, através do Informativo de Licitações e Contratos nº 375:

É irregular a exigência de apresentação, pelas licitantes, de visto no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) da localidade onde os serviços serão prestados, como critério de habilitação, devendo ser estabelecido prazo razoável, após a homologação do certame, para que a vencedora apresente esse documento no ato da celebração do contrato (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, c/c o art. 31 da Lei 13.303/2016 e a Súmula TCU 272).

[...]

Portanto, devidamente comprovada a ilegalidade/incoerência da exigência de visar registro no CREA como requisito de habilitação, requer-se que sejam feitas alterações no edital para que seja exigido quando da assinatura do contrato, conforme indicado acima.

2.8.1. Da resposta à empresa "H":

a) Considerando as contestações da empresa LS REFRIGERAÇÃO EIRELI, após análise verificamos que assiste razão em alegar que é irregular a exigência de “visto” pelo junto ao Conselho de Engenharia, como critério de habilitação em certame licitatório, no entanto, no caso em comento, a analogia é equivocada, uma vez que não se trata de exigência que condiciona a habilitação e sim condição contratual para eventual subcontratação de serviços técnicos especializados.

Nos casos em que houver subcontratação de atividades técnicas regulamentadas, como a instalação de equipamentos de climatização, a legislação exige que os profissionais responsáveis e as empresas

executoras estejam regularmente registrados nos respectivos conselhos de fiscalização profissional do local da obra ou serviço.

A exigência está amparada pelas normas legais aplicáveis, tais como a Lei nº 5.194/66 (CREA), Lei nº 12.378/10 (CAU) e Lei nº 13.105/18 (CRT), que estabelecem que o exercício de atividades técnicas em determinada jurisdição depende do respectivo registro ou visto no conselho profissional competente.

Assim, a exigência tem como objetivo assegurar a regularidade e a legalidade da execução do objeto contratual, caso haja subcontratação, em consonância com os princípios da legalidade, do interesse público e da vinculação ao instrumento convocatório.

Dessa forma, mantém-se a exigência impugnada, por estar devidamente fundamentada na legislação vigente e por não constituir critério de habilitação, mas sim condição necessária para a execução contratual em caso de subcontratação.

3. DA DECISÃO

Diante disso, com fulcro o Art. 164, da Lei nº 14.133/2021, **RECEBEM-SE** os pedidos de esclarecimento e impugnação interpostos pelas empresas interessadas na participação da licitação do **Pregão Eletrônico nº 90070/2025/SUPEL/RO**, os quais encontram-se devidamente respondidos, e, considerando que eles **AFETAM a formulação das propostas de preços**, resta **definida nova ABERTURA** para o **dia 28 de novembro de 2025 às 10 horas (horário de Brasília - DF)**, no endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Por fim, providencie-se ciência às empresas ante, via e-mail, através do campo de avisos do Sistema Comprasgov e através do Portal do Governo do Estado de Rondônia www.rondonia.ro.go.br/supel.

Publique-se.

RÓGER CARDOSO

Pregoeiro SUPEL-COEDU

Portaria nº 234/2025/SUPEL/GAB



Documento assinado eletronicamente por **Róger Martins Cardoso, Pregoeiro(a)**, em 13/11/2025, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066386931** e o código CRC **D510102F**.